

**ATA DE REUNIÃO Nº 05/2020 DO COMITÊ ESTATUTÁRIO DE ELEGIBILIDADE DA
CEGÁS**

REFERÊNCIA: ANÁLISE DO PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS E IMPEDIMENTOS LEGAIS DE PESSOAS INDICADAS PARA MEMBRO EFETIVO E SUPLENTE DO CONSELHO FISCAL DA CEGÁS.

DISPOSIÇÕES LEGAIS:

- Lei 13.303/2016;
- Lei 6.404/1976;
- Estatuto Social da CEGÁS;
- Política de Indicações da CEGÁS;

1. LOCAL, HORA E DATA: No dia 06 de novembro de 2020, às 10h00, foi iniciada a Reunião nº 04/2020 do Comitê Estatutário de Elegibilidade da CEGÁS, realizada remotamente, através da aplicação Microsoft Teams, tendo em vista a necessidade de isolamento social decorrente da pandemia de COVID-19.

2. PRESENCAS: Os membros do Comitê: Sra. Celânia Pinto Lima (Recursos Humanos), Sra. Suyanne Maria Trindade Pedrosa (Gerência Jurídica), Sra. Valéria Lima Portela (Riscos e Conformidade).

3. ORDEM DO DIA: 3.1. Análise do preenchimento dos requisitos e impedimentos legais de pessoas indicadas para membro efetivo do Conselho Fiscal da CEGÁS.

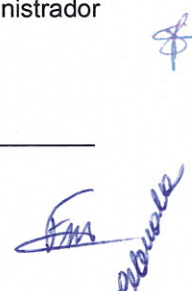
3.2. O Comitê Estatutário de Elegibilidade é constituído por membros designados pela Diretoria Executiva da CEGÁS, tendo se formado a composição atual mediante a 96ª Reunião de Diretoria Executiva, realizada em 18/08/2020, nos termos do art. 29 do Estatuto Social da Companhia, e nos itens 6.1 e 6.2 do Regimento Interno do Comitê Estatutário de Elegibilidade da CEGÁS.

3.3. A Política de Indicações da CEGÁS destacou em seu item 6.2.6 os requisitos e impedimentos a serem observados para que se demonstre a aptidão do indicado para figurar como Conselheiro Fiscal da Companhia:

6.2.6. Podem ser membros do Conselho Fiscal pessoas naturais, residentes no Brasil, com formação acadêmica compatível com o exercício da função e que tenham exercido, por prazo mínimo de 3 (três) anos, cargo de direção ou assessoramento na administração pública ou cargo de conselheiro fiscal ou administrador em empresa.

6.2.7. O Conselho Fiscal contará com pelo menos 1 (um) membro indicado pelo acionista controlador, que deverá ser servidor público com vínculo permanente com a administração pública.

6.2.8. Não podem ser eleitos para o Conselho Fiscal membros de órgãos de administração e empregados da companhia ou de sociedade controlada ou do mesmo grupo, e o cônjuge ou parente, até terceiro grau, de administrador da companhia.



ATA DE REUNIÃO Nº 04/2020 DO COMITÊ ESTATUTÁRIO DE ELEGIBILIDADE DA CEGÁS

6.2.9. Também são inelegíveis para o Conselho de Administração, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal:

- as pessoas impedidas por lei especial, ou condenadas por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos;
- aquele que ocupar cargos em sociedades que possam ser consideradas concorrentes no mercado, em especial, em conselhos consultivos, de administração ou fiscal;
- aquele que tiver interesse conflitante com a companhia.

3.5. Documentando as indicações para membros do Conselho Fiscal da CEGÁS, foi entregue pela Secretaria Geral da CEGÁS, processo administrativo SCDOC nº 6486/2020, referente à indicação para Conselheiro Fiscal, pela acionista Mitsui Gás e Energia do Brasil **(1) Sr. Marcio Musso de Goés**, como titular, e **(2) Sr. Celso José de Faria Viana**, como suplente, e, pela acionista GASPETRO: **(3) Sr. Bruno do Prado Castilho**, como titular, e **(4) Sr. Cesar Leandro Rebordões Carauta**, como suplente;

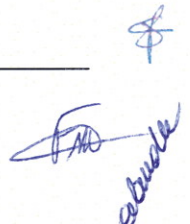
3.6. Com base exclusivamente na documentação apresentada referente ao Sr. Bruno do Prado Castilho, verificou-se que o indicado está apto a compor o Conselho Fiscal da CEGÁS, uma vez que atende aos requisitos constantes da Lei nº 6.404/76, da Lei nº 13.303/16, do Estatuto Social da CEGÁS e da Política de Indicações da CEGÁS, conforme documentos do processo administrativo SCDOC nº 6486/2020;

3.7. Com base exclusivamente na documentação apresentada referente ao Sr. Cesar Leandro Rebordões Carauta, verificou-se que o indicado está apto a compor o Conselho Fiscal da CEGÁS, uma vez que atende aos requisitos constantes da Lei nº 6.404/76, da Lei nº 13.303/16, do Estatuto Social da CEGÁS e da Política de Indicações da CEGÁS, conforme documentos do processo administrativo SCDOC nº 6486/2020;

3.8. Com base exclusivamente na documentação apresentada referente ao Sr. Marcio Musso de Goés, verificou-se que o indicado está apto a compor o Conselho Fiscal da CEGÁS, uma vez que atende aos requisitos constantes da Lei nº 6.404/76, da Lei nº 13.303/16, do Estatuto Social da CEGÁS e da Política de Indicações da CEGÁS, conforme documentos do processo administrativo SCDOC nº 6486/2020;

3.9. Com base exclusivamente na documentação apresentada referente ao Sr. Celso José de Faria Viana, verificou-se que o indicado está apto a compor o Conselho Fiscal da CEGÁS, uma vez que atende aos requisitos constantes da Lei nº 6.404/76, da Lei nº 13.303/16, do Estatuto Social da CEGÁS e da Política de Indicações da CEGÁS, conforme documentos do processo administrativo SCDOC nº 6486/2020;

3.10. Não foi apresentada documentação referente à indicação de membros pelo acionista controlador, Estado do Ceará.



**ATA DE REUNIÃO Nº 04/2020 DO COMITÊ ESTATUTÁRIO DE ELEGIBILIDADE DA
CEGÁS**

3.11. Houve comum acordo sobre a emissão de parecer opinativo no sentido de que os indicados estão aptos a ocupar o cargo para o qual foram indicados.

3.11. Demais disso, todos os interessados declararam, sob as penas da Lei, que cumprem todos os requisitos legais e que não estão impedidos para investidura e remuneração do cargo de administrador de Sociedade de Economia Mista.

4. ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião, lavrando-se a presente ata que, lida e aprovada, é assinada pelos membros do Comitê.

Fortaleza, 6 de novembro de 2020.



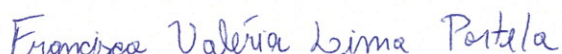
Celânia Pinto Lima

Gerência de Recursos Humanos



Suyannê Maria Trindade Pedrosa

Gerência Jurídica



Francisca Valéria Lima Portela

Coordenação de Gestão de Riscos e
Conformidade